



Revista Eletrônica do Programa de Pós-Graduação em Geografia - UFPR

O PROJETO POLÍTICO-PEDAGÓGICO NA CONTRAMÃO DA PROPOSTA DE EDUCAÇÃO DO CAMPO: UMA ANÁLISE DO COLÉGIO ESTADUAL DO REASSENTAMENTO SÃO FRANCISCO DE ASSIS, CASCAVEL/PR

THE POLITICAL-PEDAGOGICAL PROJECT IN THE CONTRAMPTION OF THE PROPOSAL FOR EDUCATION OF THE FIELD: AN ANALYSIS OF THE STATE COLLEGE OF THE REASSESSMENT SÃO FRANCISCO DE ASSIS, CASCAVEL/PR

(Recebido em 11-07-2016; Aceito em: 22-01-2018)

Edimar Rodrigo Rossetto

Doutorando em Geografia na Universidade Federal de Santa Maria – UFSM
edimarrossetto@hotmail.com

Marli Terezinha Szumilo Schlosser

Professor Doutora do Departamento de Geografia Universidade Estadual do Oeste do Paraná - UNIOESTE
marlisch20@hotmail.com

Resumo: O recorte deste artigo¹ visa entender parte da luta da comunidade e líderes educacionais do Colégio Estadual do Reassentamento São Francisco de Assis, localizado no município de Cascavel, extremo Oeste paranaense. Cabe desenvolver aprofundamentos teóricos e práticos quanto à organização do Projeto Político-Pedagógico – PPP da instituição em questão, relacionado com a Proposta de Educação do Campo, a que a instituição vem tentando incorporar. É importante mencionar que o colégio originou-se a partir da luta de sujeitos da Comissão Regional dos Atingidos por Barragens da Bacia do Rio Iguaçu - CRABI, movimento local, interligado diretamente a articulação nacional, denominada de Movimento dos Atingidos por Barragem – MAB, ocorrido na região Oeste e Sudoeste paranaense. O trabalho empírico realizado caracteriza-se por meio da realização de entrevistas com lideranças do colégio e da comunidade, análise documental e registro fotográfico do espaço estudado.

Palavras-chave: Movimento social; Educação do Campo; Projeto Político-Pedagógico.

Abstract: *The approach of this article aims to understand part of the struggle of the community and educational leaders of the State College of Resettlement St. Francis of Assisi, located in the city of*

¹ Este artigo é resultado da dissertação de Mestrado em Geografia, apresentada como requisito final de avaliação do Programa de Pós-graduação em Geografia da Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE, campus de Francisco Beltrão/PR, ano de 2015.

Cascavel, Paraná far west. It is to develop theoretical and practical insights about the organization of the political-pedagogical project - PPP institution in question related to the Rural Education Proposal, that the institution has been trying to incorporate. It is important to mention that the school originated from the struggle of subjects of the Regional Commission of People Affected by Dams of Iguazu-Krabi River Basin, local movement, directly linked to national joint, called the Movement of People Affected by Dam - MAB occurred in the West and Southwest Paraná region. The empirical work is characterized by conducting interviews with leaders of the school and community, document analysis and photographic record of the studied space.

Keywords: *Social movement; Rural Education; Political and Educational Project.*

Introdução

Neste artigo será apresentada de forma sucinta a ação das lideranças da CRABI na luta por direitos educacionais na comunidade do Reassentamento São Francisco de Assis, localizada no município de Cascavel, extremo Oeste paranaense. A partir da conquista do reassentamento o próximo passo na pauta das lutas do movimento foi a construção e manutenção da instituição de ensino do campo ao longo dos anos. Nesse sentido, com a construção do Colégio Estadual do Reassentamento São Francisco de Assis, não se pode deixar de mencionar o apoio contínuo dos sujeitos expropriados na Usina Hidrelétrica Governador José Richa (Salto Caxias), os quais destinaram dias de luta em favor de apoio a educação no reassentamento a que se analisa.

Para tanto, analisa-se como ponto principal o Projeto Político-Pedagógico - PPP, documento principal da instituição, tendo em vista a organização das ações/atividades no cotidiano da instituição, que fazem referência ao movimento cultural da comunidade local no consequente processo de engajamento do colégio a proposta de Educação do Campo. Em linhas gerais, será explanada a influência da frente de luta CRABI, principal movimento na organização das lutas populares por direitos educacionais neste colégio de reassentamento.

A metodologia consiste em garimpagem bibliográfica por meio de obras, teses, dissertações e monografias referentes ao tema trabalhado. A descrição de entrevistas com lideranças do movimento social e comunidade escolar se fizeram importantes, bem como o registro de campo e análise de documentos do movimento social e colégio. A pesquisa caracteriza-se como qualitativa e recai na vertente marxista, apresentando análise contra hegemônica dos documentos institucionais, como no caso o Projeto Político-Pedagógico, relacionando-o com a práxis da Proposta de Educação do Campo em sua essência.

Lideranças educacionais do Colégio Estadual do Reassentamento São Francisco de Assis e seus entraves sociais e econômicos no cotidiano de luta

O Colégio Estadual do Reassentamento São Francisco de Assis está localizado no município de Cascavel, extremo Oeste paranaense. Pertencente ao Reassentamento São Francisco de Assis, a instituição nasce da luta de sujeitos do campo, contrários a construção da Usina Hidrelétrica Governador José Richa (Salto Caxias), no leito do Rio Iguaçu, nas divisas das regiões Oeste e Sudoeste paranaense. Para o Movimento dos Atingidos por Barragens - MAB, a luta em Salto Caxias é um dos mais claros exemplos de conquista dos povos da região contra os projetos hidrelétricos implantados no território brasileiro, servindo de modelo para futuros conflitos.

Nesse recorte, cabe apresentar, a articulação das lideranças na organização das atividades do colégio, dentre eles, a participação de líderes sobrejacentes à luta comunitária, ganhando respaldo tanto na instituição educacional quanto na comunidade local. Estes sujeitos, caracterizados nesta análise como líderes ativos da luta popular reafirmam o movimento de resistência na conquista da educação pública e gratuita como direito social, na manutenção deste espaço de socialização do conhecimento para jovens e crianças da localidade. Nessa linha de raciocínio, cumpre assinalar a análise do Projeto Político-Pedagógico da instituição com a Proposta de Educação do Campo, a que o colégio se diz estar integrado.

Para elucidar a questão, a proposta de Educação do Campo caracteriza-se como movimento de esfera nacional e internacional cujo objetivo recai na manutenção dos traços de organização da vida no campo a partir dos próprios sujeitos que ali vivem, fortalecendo suas identidades. Assim, para que os saberes camponeses, calcados nas tradições, crenças se mantenham “vivos” para as futuras gerações, é preciso que este conjunto de culturas sejam também dissolvido nas instituições de ensino do campo. O educando, além de aprender a grade curricular de disciplinas obrigatórias, desfruta também de atividades práticas extracurriculares a fim de propiciar a aplicação de métodos e técnicas no aperfeiçoamento de atividades agrícolas, a partir conhecimento técnico, conhecendo cada vez mais o solo em que está enraizado, reafirmando os traços de vida nas comunidades camponesas.

Nessa linha de análise considera-se o colégio do campo como um ramo do trabalho e da vida das comunidades camponesas, sendo indissociáveis. Para este fim, em termos de administração da instituição, segundo o PPP observa-se que a mesma não é exercida de forma unitária, apenas por meio de um sujeito, no caso o diretor do colégio. A responsabilidade na tomada de decisões é dissolvida entre os diversos integrantes, caracterizados, neste caso, pelas demais lideranças locais do colégio e comunidade. Estes líderes compreendem movimentos sociais, comunidade local, dirigentes

educacionais etc. São responsáveis pelo recebimento de merenda escolar e de livros, organização dos espaços da instituição, construção e formulação do PPP, ou seja, pelo gerenciamento de funções que o colégio abarca. Acerca do compartilhamento da administração das funções, Libâneo (2001, p. 3) observa que,

[...] uma vez tomadas as decisões coletivamente, advoga cada membro da equipe assuma a sua parte no trabalho, admitindo-se a coordenação e avaliação sistemática da operacionalização das decisões tomada dentro de uma tal diferenciação de funções e saberes.

É importante pontuar que fica claro a participação da comunidade escolar na luta por direitos no colégio, além de se observar a participação coletiva das lideranças na operacionalização das decisões, respeitando, assim, a diferenciação de saberes e funções de cada membro. Admite-se que a coordenação das atividades na instituição fica a cargo das pessoas que possuem maior envolvimento com as questões educacionais, ou seja, os sujeitos com maior representatividade no grupo envolvido, com o objetivo de fortalecer a luta pela implementação de direitos educacionais de qualidade para as comunidades locais, sejam eles da instituição escolar ou do movimento social em questão.

Conforme exposto no PPP, este colégio teve suas atividades educativas iniciadas no ano de 1999. Observa-se que,

[...] o prédio da instituição foi construído pela Companhia Paranaense de Energia Elétrica (COPEL) e doado às Associações vinculadas à Associação de Desenvolvimento dos Reassentados de Salto Caxias (ADERABI), e as mesmas fizeram a doação do prédio para a FUNDEPAR, bem como os recursos materiais e equipamentos. As associações surgiram da organização das famílias atingidas pela barragem da Usina de Salto Caxias, na tentativa de amenizar o impacto causado pela desapropriação de suas terras, considerando-se que junto das propriedades submerge parte de sua história (PARANÁ, 2012, p. 9).

No trecho citado, considera-se que há mudança na atuação dos líderes do movimento no que se refere aos cargos em exercício. Percebe-se que, atualmente, as lideranças do colégio são de associações locais, formadas nas próprias comunidades próximas, passando a executar e coordenar as atividades de ensino no colégio. É pertinente afirmar que essa transferência de responsabilidades, neste caso, da CRABI para as associações locais, é importante para o movimento social, pois dá autonomia à organização das atividades nos colégios pela comunidade. Como pontuado pelo líder Entrevistado 1 (2014), observa-se que o repasse de responsabilidades, nesse caso da CRABI para as articulações locais, faz expandir o movimento, isso porque possibilita que os sujeitos envolvidos

migrem para demais regiões afetadas por obras hidrelétricas. E, segundo Formica, ao migrar para regiões afetadas, estas jovens lideranças desenvolvem

[...] processos de formação próprio, interno, de militância para preparar quadros para militantes, para coordenadores, para animar e formar a base social do movimento [...]. No Sudoeste do Paraná a gente têm o Fórum das Entidades da Agricultura Familiar do Sudoeste, que envolve a ASSESOAR, o MST, a FETRAF, as cooperativas, tem processos nacionais que envolvem aí as organizações mais ligadas a Via Campesina e têm alguns projetos e algumas iniciativas envolvendo universidades, então nós coordenamos o processo de formação em nível de pós-graduação, especialização na UFRJ, curso sobre energia e sociedade, então tem um setor, um coletivo de formação do movimento que promove isso, elabora sobre isso, propõe então uma intencionalidade política no processo de formação de nossa base, dos militantes.

O que se pode absorver de expressivo na fala do líder nacional é a articulação do trabalho coletivo com entidades que possuem aproximação com os princípios de luta do MAB. É importante mencionar que este mesmo processo de repasse de responsabilidades em nível de articulações populares se faz presente no Colégio Estadual do Reassentamento São Marcos.

Em contrapartida, o movimento regional, nesse caso a CRABI, desaparece ao longo dos anos. Assim, tal questão torna-se foco do debate levantado pelo Entrevistado 1 (2014), segundo o qual o processo de formação educacional e social do sujeito

[...] é contínuo, permanente, ele nunca se acaba, o sujeito sempre está em formação e, quando a gente se descuida do processo de formação, o inverso ocorre, o nível de consciência, ele pode com intencionalidade avançar, mas, se você se descuidar, ele também retrocede, a influência da ideologia dominante, das referências morais, políticas, éticas, ideológicas que o sistema capitalista nos impõe, da individualidade, da busca por soluções pessoais para resolver os problemas sociais, então há um bombardeio de informações para que você seja capaz de resolver os problemas de forma individualizada, então há um processo permanente de estudo, elaboração, avaliação e reflexão sobre essa intencionalidade da formação e de que também uma das dificuldades é de que as forças populares, as forças progressistas de modo geral, não só no Brasil mas no mundo perderam um pouco as referências de seu horizonte histórico, de uma sociedade diferente da sociedade capitalista, então a falta dessa referência também nos leva a ter um pouco mais de dificuldade na proposição, no aprofundamento, na elaboração, então esse também é um esforço de retomada dos grandes clássicos, a crítica da sociedade capitalista, essa sociedade de dominação e exploração dos trabalhadores, da sociedade onde alguns acumulam muito, os outros trabalham para que alguns acumulem.

Como se observa no trecho citado, ao longo dos anos, por interferência da ação dominante do modelo de produção capitalista, a luta dos movimentos sociais, estes direcionados na contramão dos interesses do capital, é prejudicada devido ao processo de massificação e abafamento destas

organizações², sendo que a luta por um colégio do campo agarra-se neste viés para a defesa de suas bases teóricas.

Nesse sentido, é prioritário para um colégio do campo a interação com a universidade e movimentos sociais, pois para a construção de um PPP condizente com a nomenclatura da instituição do campo, é necessário “[...] a reflexão sobre o contexto social, ideológico, cultural e econômico do país e do mundo, pensando projetos de reconstrução, a partir de ações cotidianas” (MEURER; DAVID, 2008, p. 54).

Em relação à instituição de ensino, observa-se que as influências dos diversos líderes tiveram pouca expressividade, pois, como previsto inicialmente pela CRABI, o colégio é mantido financeiramente pela Secretaria de Estado da Educação (SEED), e esta, passa a “dar as cartas” na organização das atividades da instituição. Sendo assim, as associações e grupos de lideranças internas, trabalham dentro de uma organicidade controlada pelo poder público do município de Cascavel e pela SEED.

Para reafirmar o exposto, observa-se na entrevista concedida pelo Entrevistado 2 (2013) que, em relação ao corpo docente diferenciado para atuar em colégios do campo, observa-se que, inicialmente, no início da implantação do colégio, existia no reassentamento um projeto de formação de docentes para atuarem nessas instituições. O processo de contratação de docentes e de matrícula dos educandos também é regido pelo regulamento da SEED, sob supervisão do Núcleo Regional da Educação (NRE) de Cascavel.

Ao retratar as dependências desta instituição, o Colégio Estadual do Reassentamento São Francisco de Assis conta, atualmente, com salas de aula compostas com aproximadamente 40 alunos, possui espaços de recreação, biblioteca, laboratórios de informática, de química, de física e biologia, cozinha, refeitório, videoteca, local para atividades teatrais, secretaria, sala da coordenação e de professores, almoxarifado, quadra de esportes, moradia para o zelador etc. Observa-se na Fotografia 1 a vista geral do colégio:

2

Segundo o Entrevistado 1 (2014), cabe frisar exemplos específicos de luta contra construções de obras hidrelétricas no Paraná, dentre elas, na Bacia Hidrográfica do Rio Chopim, Sul do Estado, na região do Baixo Iguaçu, com a construção da Usina Hidrelétrica no Município de Capanema, Sudoeste do Estado, na Usina Hidrelétrica de Foz do Areia, Sul do Estado, na região da Bacia do Rio Piquiri, Ivaí e Tibagi, atingindo milhares de famílias. A necessidade na produção de energia elétrica para a continuidade do modelo capitalista veemente nos dias atuais torna-se exemplo do processo massivo aos demais modelos de produção de energia sustentável, abafando as lutas sociais, utilizando-se do discurso societal de produção de energia elétrica para o bem comum.

Fotografia 1 – Vista lateral do Colégio Estadual do Reassentamento São Francisco de Assis.



Fonte: Colégio Estadual do Reassentamento São Francisco de Assis. 2013. 1 fotografia.

O padrão infraestrutural do estabelecimento de ensino segue as exigências da SEED, sendo construído no mesmo modelo das demais instituições de ensino urbanas.

Acerca do Colégio Estadual do Reassentamento São Francisco de Assis, é pertinente mencionar que

Art. 53 O estabelecimento de ensino oferta:

- Ensino Fundamental: 6º a 9º ano/regime de 9 anos;
- Ensino Médio;
- Educação Especial: Sala de recurso de 6º à 9º ano, apoio especializado no atendimento de alunos com deficiência mental e distúrbios de aprendizagem (PARANÁ, 2012, p. 35).

Nesse sentido, observa-se que uma das carências no setor da educação nesta localidade faz referência a não existência da Educação Infantil, sendo que a mesma é uma das atuais lutas da

comunidade local e do próprio colégio, pois os pais percorrem diariamente longo trajeto até a cidade de Cascavel, neste caso, a cidade mais próxima, para levar e buscar seus filhos devido à falta de assistência do Estado na comunidade. Essa necessidade é apontada pelos entrevistados como de extrema importância para a comunidade local. Segundo relatos do Entrevistado 3 (2014), observa-se que “[...] ainda hoje eles têm lutas quanto à educação infantil, as creches, uma assistência que eles ainda não têm, eles ainda tem esse tipo de luta no campo [...] quem trabalha aqui tem que levar a criança lá no espaço urbano, na escola infantil”.

Esta discussão a respeito da assistência educacional infantil é imprescindível para o movimento de resistência, cujo fortalecimento da manutenção dos saberes, das crenças e da tradição do campo é reafirmado desde os “primeiros passos” da criança. Se não há existência de um movimento de sujeitos do campo preocupados com o futuro formativo de suas crianças desde suas bases iniciais, nada adianta promover ações para desenvolvimento de instituições do campo ao final do processo. Isso porque a migração do sujeito do campo para a cidade, já no início do processo formativo, provoca enormes perdas, dentre elas, de valores do campo, pois o sujeito adaptar-se-á à lógica de vida a qual está inserido. Isso quer dizer que a luta das instituições educacionais do campo por manter este jovem no seu local de origem é afetada pelo fato de o sujeito em questão já ter, em parte, se adaptado à dinâmica do espaço urbano.

É importante destacar, também, que, nos três primeiros anos de funcionamento desta instituição, a mesma foi amparada financeiramente por um convênio firmado entre a Associação de Pais, Mestres e Funcionários (APMF) e pela Companhia Paranaense de Energia Elétrica (COPEL) (PARANÁ, 2012, p. 9). Como dito, enquanto o colégio era subsidiado financeiramente pela companhia, a atuação da CRABI, enquanto articulação popular era ativa nos espaços do colégio. Esta frente de luta auxiliava a instituição, sobretudo no plano financeiro, organizando atividades esportivas e recreativas, além de auxiliar na reforma e ampliação dos espaços públicos da comunidade, utilizados também pela instituição de ensino etc.

Portanto, a CRABI atuava constantemente no início da implantação do colégio na organização dos espaços sociais para as comunidades locais. Nesse sentido, era preciso desconcentrar as decisões, montar núcleos locais para que as comunidades pudessem ser autônomas, no sentido de poder decidir, organizar e efetivar suas ações na localidade. Para tanto, a CRABI passa a autonomia para associações locais, nesse caso, a APMF do estabelecimento.

Percebe-se que o diálogo entre as associações existentes é recíproco. No caso do Entrevistado 2 (2013), caracterizada nesta localidade como a principal liderança a frente da

comunidade, ela considera que as preocupações quanto à educação são o ponto principal para o movimento. Aponta que,

Hoje, falando enquanto escola e como representante da comunidade, a gente ficou vários anos sem um projeto, então hoje a gente conseguiu, a partir do ano passado e esse ano a gente vêm discutindo muito essa questão, de voltar esse projeto da interferência enquanto movimento dentro do reassentamento na educação também. A gente está, enquanto movimento de mulheres camponesas que a gente tem na comunidade com um projeto de implantação de uma educação popular na escola, é um projeto que a gente tá formando, temos um grupo no qual a gente trabalha, estuda e elabora para, a partir do ano que vem a gente começar o trabalho na escola. As dificuldades encontradas são diversas, o próprio preconceito que a gente enquanto cidadão, sujeitos do campo, a gente enfrenta, seja mulher, a gente têm um preconceito enorme, não só dentro do reassentamento, mas podemos falar em nível de sociedade e também dos próprios jovens, a gente vê assim que os jovens do campo sofrem esse preconceito, de ser do campo e buscar a valorização, então a gente não têm essa valorização dentro do campo ainda, e buscar as políticas públicas que é um grande eixo fundamental, é um desafio sobre políticas e fazer as nossas políticas públicas do campo também, e dentro da escola isso se enquadra também, a questão dos núcleos regionais, se é do campo ou não.

É de extrema importância a luta da comunidade local na implantação de projetos educacionais para o campo. Porém, é pertinente observar que várias são as dificuldades encontradas, dentre elas o preconceito para com os sujeitos do campo, além da não identidade dos jovens como sujeitos desta organicidade de vida diferenciada que o campo possui.

Acerca das atividades promocionais do colégio, as mesmas são frequentes na instituição analisada. A finalidade principal é a arrecadação de verbas para a manutenção do prédio. Como as verbas provindas por parte do Estado não atendem em sua totalidade às necessidades da instituição educacional, as verbas arrecadadas são destinadas a suprirem necessidades dos setores, como limpeza, reposição de materiais, entre outros.

É importante pontuar ainda que, no PPP desta instituição, são frisados alguns parágrafos das Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo, CNE/CBE nº 01/2002. Por este documento ter extrema relevância e representar a conquista da luta das comunidades do campo na construção de políticas públicas para o campo, a instituição vem, há alguns anos, tentando se adequar, na teoria e na prática, ao movimento de Educação do Campo, visto como princípio fundamental na manutenção de sua história de luta e das características dos sujeitos que ali vivem, tal como se observa no trecho da fala do Entrevistado 2 (2013):

Ela é uma escola no campo, mas o ensino dela não está sendo para o campo ainda, ela passou a ser, como obrigação, reconhecida como escola do campo, mas até então ela era um ensino voltado como qualquer outra escola da cidade, agora que esta sendo feita uma formação/trabalho junto com os professores e diretores e, representantes da comunidade na formação voltada para o campo.

Oportuno se torna dizer que a mudança de nomenclatura da instituição, como frisado, representa o primeiro passo no conjunto de mudanças que caracterizam uma instituição de ensino do campo. Cabe pontuar que, junto ao processo de alteração de nomenclatura, é imprescindível que a mudança da conjuntura pedagógica, ou seja, dos métodos de ensino-aprendizagem, realização de atividades práticas, formação/especialização de docentes, entre outras características que a Educação do Campo disponibiliza em suas bases, também se efetive.

Nessa linha de análise, convém mencionar que, para esta ampla reorganização dos vários setores da instituição, necessita-se de verbas de custeio e, portanto, esbarra-se na principal problemática dos dias atuais. A carência de recursos por parte do Estado para as instituições de ensino inibe grande parte das ações a serem desenvolvidas nos colégios.

Para tentar minimizar esta problemática, é instituído pela Portaria Interministerial nº 17/2007 e regulamentado pelo Decreto 7.083/10 o Programa Mais Educação, o qual se constitui como estratégia do Ministério da Educação para ampliar a jornada escolar e a organização curricular na perspectiva da Educação Integral, firmando apoio financeiro adicional ao orçamento das instituições escolares.

Em linhas gerais, observa-se que o programa atende escolas das redes públicas de ensino estaduais, municipais e do Distrito Federal e, de acordo com o projeto educativo em curso, optam por desenvolver atividades nos macrocampos de acompanhamento pedagógico; educação ambiental; esporte e lazer; direitos humanos em educação; cultura e artes; cultura digital; promoção da saúde; comunicação e uso de mídias; investigação no campo das ciências da natureza e educação econômica (BRASIL, 2014).

Vale lembrar, porém, que o programa citado, mesmo visando um projeto educativo diferenciado, voltado a um conjunto associativo de conteúdos e práticas pedagógicas, não é direcionado especificamente às escolas do campo. Atende, sim, instituições do campo e da cidade.

Em relação ao colégio analisado neste artigo, cabe lembrar que, como de direito, foram inscritos no programa e encaminharam projeto para usufruir deste recurso financeiro. O objetivo maior, segundo os diretores das instituições pesquisadas, é tentar sanar parte das despesas do funcionamento da instituição. A alíquota de recursos financeiros disponibilizados por meio deste programa é definida por número de educandos matriculados.

Um ponto importante para a discussão consiste no Artigo 59 do PPP, no qual é definido que a “[...] organização do trabalho pedagógico em todos os níveis e modalidades de ensino segue as orientações expressas nas Diretrizes Curriculares Nacionais e Estaduais” (PARANÁ, 2012, p. 41).

Assim, o PPP possui trechos de contradição. Isso porque, para a construção do mesmo, as Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo são utilizadas como documento base. Em relação ao trabalho pedagógico, que é de fundamental importância para a construção do colégio do campo, são utilizadas as Diretrizes Curriculares Nacionais e Estaduais, sob orientação do próprio NRE. Em relação aos conteúdos estruturais, básicos e específicos, são organizados por série do Ensino Fundamental (6º ao 9º Ano) e do Ensino Médio (1º ao 3º Ano), todos seguindo a lógica prevista pelas Diretrizes Curriculares da Educação Básica do Paraná, neste caso, das disciplinas tratadas pelo documento.

Quebra-se, assim, com o desejo da autonomia da comunidade local na promoção da Educação do Campo. O padrão pedagógico organizacional do colégio fica restrito ao modelo urbano de organização, com trechos teóricos contraditórios.

No que se refere aos objetivos da disciplina de Geografia no PPP, como dito, foram extraídos das Diretrizes Curriculares Estaduais de Geografia do Estado do Paraná, documento este que enfatiza os conteúdos em uma análise centrada nos conceitos de paisagem, lugar, território, região, sociedade e natureza, relacionando-os com os conflitos e contradições sociais, econômicas, culturais e políticas de determinado espaço.

É importante elencar a questão da utilização de tecnologias em salas de aula, como, por exemplo, o uso de programas de computador, os Sistemas de Informações Geográficas (SIGs), mapas interativos e softwares livres de geoprocessamento. Porém, é importante afirmar que a utilização destes recursos didáticos é inexistente no Colégio Estadual do Reassentamento São Francisco de Assis, isso porque o Estado não fornece suporte financeiro para conserto e compra de computadores, ampliação de espaço físico da instituição, ampliação da rede de internet, entre outros. Na Fotografia 2 é possível visualizar o Laboratório de Informática de tal Colégio:

Fotografia 2 – Laboratório de Informática do Colégio Estadual do Reassentamento São Francisco de Assis, Cascavel-PR.



Fonte: Laboratório de Informática do Colégio Estadual do Reassentamento São Francisco de Assis. 2013. 1 fotografia.

Na disciplina de Geografia, a mesma deve ainda contemplar em seu plano de atividades anuais conteúdo de temáticas referentes à:

1. Educação ambiental (Lei n° 9.795/99);
2. Cidadania e direitos humanos;
3. Enfrentamento da violência na escola;
4. Educação escolar para as relações étnicas raciais;
5. Prevenção ao uso de drogas;
6. Gênero e diversidade sexual;
7. Diversidade educacional (Inclusão educacional, cultura afro-brasileira e africana – Lei n° 10.639/03.

Fonte: (PARANÁ, 2012, p. 309).

Nesse caso, algumas destas temáticas, como, por exemplo, cidadania e direitos humanos, violência na escola, prevenção e uso de drogas, gênero e diversidade sexual, além de cultura afro-brasileira e africana, foram incorporadas ao currículo da disciplina de Geografia, sendo que as mesmas são temáticas transversais. Elas podem ser caracterizadas por meio de discussões gerais que

poderiam ser engajadas em cargas horárias de várias disciplinas e não na disciplina de Geografia apenas.

É importante mencionar também que, para a realização destes aprendizados, seria necessário maior volume de investimentos por parte do Estado, dentre eles: contratação de docentes, pedagogos, disponibilidade de espaços, além da oferta de transporte e bolsas de estudos para que os educandos tenham condições plenas para frequentarem a instituição educacional no período extraclasse, pois além de uma maior carga horária de qualificação os educandos teriam mais tempo para “viver” o colégio, no sentido de tornar o mesmo um espaço de maior convívio social entre comunidade local e escolar. Outro ponto para se repensar refere-se ao professor de Geografia, que, ao agregar os temas citados em suas aulas, os conteúdos base da ciência em questão teriam menos tempo para serem discutidos, prejudicando diretamente o processo de ensinagem. Recai também em se pensar na perda do foco da análise do objeto geográfico, pois a carga horária desta disciplina está saturada em termos de conteúdos.

Para agravar ainda mais a situação, observa-se que, nos últimos anos, a carga horária da disciplina de Geografia no Ensino Médio foi diminuída no Estado do Paraná de três para duas aulas semanais. No currículo do Ensino Médio, a disciplina de Geografia, de História, de Filosofia e Sociologia, as quais compreendem o conjunto das ciências humanas, passaram a ter 1 hora / aula por semana a menos, totalizando apenas 2 horas / aula por semana, ao passo que as ciências beneficiadas com esta nova reorganização curricular foram a Matemática e o Português.

Uma estratégia adotada pela comunidade escolar a fim de tentar equalizar as aulas teóricas recaem quanto à composição do Conselho Escolar, responsável pela organização e decisão das medidas adotadas pelo colégio, observa-se que,

Art. 12 O Conselho Escolar é composto por representantes da comunidade escolar e representantes de movimentos sociais organizados e comprometidos com a educação pública, presentes na comunidade, sendo presidido por seu membro nato, o (a) diretor(a) escolar.

§ 1º - A comunidade escolar é compreendida como o conjunto dos profissionais da educação atuantes no estabelecimento de ensino, alunos devidamente matriculados e frequentando regularmente, pais e/ou responsáveis pelos alunos.

§ 2º - A participação dos representantes dos movimentos sociais organizados, presentes na comunidade, não ultrapassará um quinto (1/5) do colegiado (PARANÁ, 2012, p. 12).

O colégio é parte do reassentamento, conquistado pela luta das famílias atingidas por barragens e, portanto, é imprescindível que fosse revista a porcentagem de participação dos

conselheiros de movimentos sociais, isso porque, fortaleceria os laços entre as associações de pessoas da comunidade na luta pelo projeto educacional almejado.

Porém, percebe-se que o maior poder de decisão dentro do conselho escolar, principal órgão decisório da instituição, fica a cargo dos representantes da comunidade escolar, ou seja, com os sujeitos diretamente atuantes na instituição. Apenas 20% dos conselheiros deste organismo podem ser de movimentos sociais ou da comunidade, sendo esta última representada pelas famílias que moram na localidade. Considera-se esta porcentagem como baixa, observando que o contexto de formação da instituição derivou da luta dos movimentos sociais e comunidade do campo.

Em contrapartida observa-se o processo avaliativo elencado no PPP do estabelecimento de ensino onde aponta que,

Art. 106 A avaliação é contínua, cumulativa e processual devendo refletir o desenvolvimento global do aluno e considerar as características individuais deste no conjunto dos componentes curriculares cursados, com preponderância dos aspectos qualitativos sobre os quantitativos.

Parágrafo Único - Dar-se-á relevância à atividade crítica, à capacidade de síntese e à elaboração pessoal, sobre a memorização (PARANÁ, 2012, p. 46).

A avaliação preza segundo a análise a preponderância dos aspectos qualitativos sobre os aspectos quantitativos. Isso significa dizer que as práticas realizadas no dia-a-dia de trabalho no campo, os modos de vida, dentre outras atividades também devem ser avaliadas. Nesse sentido, o processo de avaliação pontuado pelo PPP é satisfatório do ponto de vista da formação do aluno crítico, pois os movimentos sociais, sobretudo o MAB, possuem debates críticos a respeito de uma educação de qualidade, direcionada às necessidades das famílias que vivem no campo, e não à formação do operariado urbano. O movimento também preza o debate quanto à exploração de recursos naturais, com menores impactos ao sistema natural. Formar um educando que possa partilhar dos mesmos desejos do movimento é interessante para a continuação da luta e formação de lideranças no movimento. Porém, cabe avaliar se o que condiz no PPP está sendo realizado na prática.

Em relação à organização de projetos educativos internos da instituição, como apontado pelo PPP, os mesmos oportunizam a criatividade dos educandos, possibilitando uma análise reflexiva no viés crítico dos conceitos trabalhados em sala de aula; entretanto, cabe apontar algumas ressalvas. A primeira recai sobre o corpo docente que, devido ao fato de possuir carga horária de trabalho saturada, é inviabilizado diretamente nos vários projetos da instituição por não terem seus respectivos coordenadores. Para solucionar esta problemática, é necessário que o Estado, representado, nesse caso, pela SEED-PR, contrate um número maior de docentes para reafirmar o desenvolvimento destes trabalhos. A segunda ressalva recai sobre a participação da própria comunidade que, na maioria das

vezes, não se responsabiliza pela organização destas ações. É preciso o apoio de todos os sujeitos envolvidos com a luta para o “bom” andamento dos trabalhos na instituição.

No caso deste PPP, é importante mencionar que o mesmo não discute diretrizes direcionadas quanto à luta dos atingidos por barragens, no caso, formação educacional de líderes para dar sequência as atividades do movimento, debates quanto ao valor pago pelo kw/hora, sustentabilidade ambiental, etc. Estas discussões deveriam ser elencadas no PPP, pois reafirma a luta base da comunidade local. Mesmo com as dificuldades apontadas, o colégio tem projetos educativos em andamento, os quais estão dispostos a seguir:

1. Homenagem às Mães
2. Festa Junina
3. Gincana do estudante
4. Jogo Intersala
5. Viva escola
6. Oratória
7. Sexualidade e Prevenção de DST's e AIDS
8. Diga não as drogas

Fonte: (PARANÁ, 2012, p. 338).

Estes projetos foram desenvolvidos ao longo dos anos neste estabelecimento educacional, prosseguindo nos dias atuais. São projetos semanais, mensais e anuais, os quais visam à participação de professores, educandos, funcionários do estabelecimento e comunidade, dentre as mais diversas idades. Visam, ainda, resgatar valores culturais, religiosos, e têm a função de provocar interação social entre os indivíduos que compartilham do espaço escolar. Estes projetos são realizados no próprio espaço do colégio. O lazer e o divertimento são pontos a serem enfatizados por estas ações sociais, com o objetivo de:

- Integrar alunos com dificuldades de aprendizagem, com baixa estima, em situação de vulnerabilidade social, com dificuldades no convívio social, em atividades que possam desenvolver o cooperativismo e aprendizagem nesta área.
- Ter uma melhor qualidade de vida no campo, através do conhecimento do seu próprio corpo, de sua saúde e de suas capacidades de ver o esporte como aliado para a saúde física e mental (PARANÁ, 2012, p. 339).

Na maioria das vezes, os projetos são interdisciplinares, permeando diversas áreas. Alguns deles possuem caráter preventivo, se constituindo por meio de palestras, debates, entre outros, objetivando a construção de um saber social.

Em relação à formação continuada, especificamente para os docentes da instituição, observa-se, segundo o PPP, que

Cada profissional que atua no campo educacional deve se responsabilizar pelo seu processo de formação e também ir em busca de formação continuada, pois sabemos que a cada dia a sociedade exige de nós novos conhecimentos novas formas de interpretar o mundo e isso só se faz possível se tivermos acesso a cultura escolar social e culturalmente organizada, na forma de saberes escolares e disponibilizada a todos os profissionais da área educacional (PARANÁ, 2012, p. 344).

Como pontuado, considera-se este discurso totalmente elitista e liberal do ponto de vista da desresponsabilização do Estado quanto ao financiamento e subsídios destinados à formação continuada de docentes. Considera-se este discurso como medida de abuso por parte do Estado aos profissionais da educação.

Cumprasse assinalar que, segundo Entrevistado 3 (2013), o único curso que os docentes deste colégio têm possibilidade de participação é

[...] algo que foi feito da escola com a universidade, mas, por exemplo, o Estado não está custeando nada, em nenhum sentido, nem os palestrantes, nem alimentação que nós temos nos dias de curso, sábados não há participação do Estado nessa esfera, é uma das lutas, gostaria que eles fornecessem outra coisa que também é luta pra gente por que quando nós queremos nos especializar na Educação do Campo, ela é desembolsada pelo professor, então assim, ela é um curso ofertado pelo Estado, nas formações continuadas que nós tivemos durante esse ano, uma que nós fizemos na escola e abordamos o tema que a gente quis abordar, mas as outras já vem prontas pelo Estado e não teve formação continuada que foi específica para o campo, então assim, como nós estamos no campo a gente teria que ter formação pro campo, a gente teria que ter uma visão muito ampla, muito mais aberta disso, daí nós tivemos alguns cursos mas daí fora, não dá para sair o grupo todo, como que a gente vai fechar a escola e sair para uma formação, tivemos alguns profissionais que foram participar desse momento.

É oportuno dizer que o Estado, no aspecto da formação/especialização de docentes para atuarem em colégios do campo possui deficiências estruturais. Uma delas refere-se à baixa oferta de cursos de formação pedagógica ao corpo docente. Para uma instituição de ensino que prioriza uma educação direcionada a realidade do educando e, fazendo referência a Proposta de Educação do Campo, os cursos de formação pedagógica devem fazer parte da rotina de trabalho dos docentes, isso

porque o processo educativo é contínuo, abrangendo cada vez mais especificidades das realidades brasileiras.

Considerações Finais

Em relação ao resultado das análises trabalhadas a partir da coleta de informações no Colégio Estadual do Reassentamento São Francisco de Assis, permite-se apontar as peculiaridades do mesmo. Muito trabalho ainda necessita ser realizado. O Colégio está disposto a se inteirar com o movimento da Educação do Campo, porém, para isso ocorrer é necessário fortalecer a luta por mais recursos financeiros por parte do Estado, no financiamento de atividades, materiais didáticos, contratação de profissionais pedagógicos, maior disponibilidade de cursos de formação política e social aos educadores, no fortalecimento da luta linear aos interesses do movimento social a que pertencem, etc.

Como dito, a organização popular da comunidade que o colégio está integrado possui, maior dependência ao órgão que financia as atividades na instituição, nesse caso, o Núcleo Regional da Educação de Cascavel – NRE. Este processo aniquila as ações da comunidade local, na organização de estratégias de ensino que contemplem a especificidade do campo.

Quanto á realização das entrevistas, estas se caracterizam como pilares fundamentais para a construção desta pesquisa, isso porque os sujeitos entrevistados entendem a luta por uma escola do campo na sua essência, porque esta instituição faz parte do cotidiano de vida e trabalho destes sujeitos. É preciso fortalecer as práticas pedagógicas diárias, como movimento de mudança social.

Ademais, com educação de qualidade no campo, os jovens que ali vivem terão embasamento teórico necessário para entenderem a realidade social que se faz presente hoje, buscando maior igualdade social entre os sujeitos, sejam do campo ou da cidade.

Discutir um projeto formativo de Educação do Campo para os sujeitos do campo em áreas afetadas por barragens ou em processo de construção representa o caminho a ser seguido pelos sujeitos da luta, para que sejam efetivadas políticas populares que superem esse modelo energético controlado por grandes empresas transnacionais, pela livre concorrência do mercado que, de fato, explora a população não só de atingidos, mas os trabalhadores do setor de energia e a população do campo através de tarifas que estão entre as mais caras do mundo.

É preciso que a escola do campo tenha como princípio básico atender às necessidades dos povos do campo, passando a valorizar as experiências de vida e de trabalho, as diferentes culturas de cada região e, principalmente, que a escola seja o lugar de convivência e interação entre criança,

família, comunidade e movimento social, enraizando, cada vez mais, o sujeito do campo no seu lugar de origem.

Referências Bibliográficas

BRASIL Ministério da Educação – MEC. **Programa Mais Educação**. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=16690&Itemid=1113, 2014>. Acesso em: 02 mai. 2015.

Entrevistado 1. [set. 2014]. Entrevistador: E. R. Rossetto. Secretaria Regional do MAB. Francisco Beltrão, 2014. 1 arquivo. dvf (84 min.).

Entrevistado 2. [dez. 2013]. Entrevistador: E. R. Rossetto. Cascavel, 2013. 1 arquivo. dvf (38 min.).

Entrevistado 3. [dez. 2013]. Entrevistador: E. R. Rossetto. Cascavel, 2013. 1 arquivo. dvf (42 min.).

GOVERNO DO ESTADO DO PARANÁ/SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO. Colégio Estadual do Reassentamento São Francisco de Assis – Ensino Fundamental e Médio. Projeto político pedagógico. Cascavel, 2012.

LIBÂNEO, José Carlos. **Organização e Gestão da escola: Teoria e Prática**. 4ªed. Goiânia: Alternativa, 2001.

MEURER, Ane Carine; DAVID, César de. Educação do campo e escola itinerante do MST: articulações do projeto-político-pedagógico com o contexto sócio-educacional. **Revista do Centro de Educação da Universidade Federal de Santa Maria** – UFSM, v. 33, n. 1, jan./abr. p. 47-58. 2008.

(Recebido em 11-07-2016; Aceito em: 22-01-2018)